

Requerimento de Informações nº ... de 2003.

Solicita informações ao Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, sobre os procedimentos e prazos para a emissão do passe-livre interestadual, para pessoas portadoras de deficiência (PPD's).

Senhor presidente

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, sobre os procedimentos e prazos para a emissão do passe-livre interestadual, para pessoas portadoras de deficiência (PPD's).

1. *Quantos pedidos de passe-livre, foram encaminhados ao Ministério dos Transportes, desde que a Lei nº 8.889/94, entrou em vigor?*
2. *Quantos processos foram deferidos e quantos foram indeferidos?*
3. *Quantos processos existem em tramitação?*
4. *Quanto tempo, em média, o Ministério dos Transportes leva para concluir um processo?*
5. *O Ministério dos Transportes tomou alguma medida de precaução contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e*

Internacional de Passageiros —ABR, contra Lei Federal nº 8.889/94?

Justificativa

Em maio do ano passado, fiz pronunciamento na tribuna desta Casa para tratar de um assunto de extrema gravidade e que tinha sido motivo de matéria no jornal Folha de S.Paulo, no dia 19 de maio de 2002. Tratava da tentativa das empresas interestaduais de transporte coletivo de cassar o passe livre, benefício criado por lei federal, que permite viagens gratuitas aos portadores de deficiências de baixa renda.

Segundo a Folha, empresários do setor de transporte interestadual, protocolaram no Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade para se livrar de um suposto prejuízo de 280 milhões de reais por ano. A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros —ABRATI estimava que o passe livre vai beneficiar 880 mil pessoas, o que inviabilizaria as empresas.

Dados do Ministério dos Transportes, responsável pela emissão da carteira de beneficiário, de maio do ano passado, mostram que 8 mil portadores de deficiência já estão habilitados ao serviço e outras 102 mil pessoas estão inscritas para obter o direito, que é garantido pela Lei nº 8.889, de 1994, mas só foi regulamentado em 2001.

Para os empresários, o transporte gratuito corresponde a um serviço assistencial, e caberia ao Estado arcar com o custo. Em tom alarmista, dizem que o passe livre inviabiliza o setor e põe em risco a continuidade da prestação devida aos usuários regulares. O curioso é que a instituição do passe livre já é realidade em vários Estados e eu desconheço manifestação dos empresários do transporte municipal no sentido de barrar esse serviço.

Outro detalhe preocupante, que destaquei no pronunciamento, em maio passado, era a queixa das associações de portadores

de deficiência pela demora na emissão das carteiras que dão direito às passagens gratuitas. Havia pessoas esperando há quase um ano pela carteirinha. Cheguei a aventar a possibilidade de que estaria ocorrendo influência dos empresários junto aos funcionários do Ministério do Transportes.

Pois, não é que passados quase um ano, no terceiro mês do Governo Lula, o problema persiste! Tenho em meu gabinete uma lista de dezenas de casos de deficientes, que encaminharam o pedido, há 6, 8, 10 meses, um ano até, sem que o Ministério tenha emitido as carteiras, nem ao menos emitido qualquer posicionamento. Minha assessoria tem procurado localizar processos, encaminhado no primeiro semestre de 2002, e a resposta dos funcionários é de que os mesmos ainda não foram cadastrados.

É urgente que o Ministério dos Transportes verifique o que está obstruindo a emissão das carteiras. Não adianta haver lei, se o cumprimento dela é precário. Justiça que tarda não é justiça.

Portanto, estou apresentando à Mesa, este requerimento de informações, com pedido de esclarecimento ao Ministério dos Transportes sobre o andamento dos processo de emissão do passe livre.

Sala das Sessões, 31 de março de 2003.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
Vice-Líder da Bancada
P D T